

Ata da Reunião Ordinária do mês de Dezembro de 2021 do CEDM/PR

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quinze minutos, em segunda chamada, por web conferência; link: meet.google.com/qvq-ppoa-erv

Abertura – A Secretária Executiva Fernanda Marchione, inicia a reunião dando as boas vindas a todas as presentes, informa que o link da lista de presença se encontra disponível no chat, sendo que este documento de assinatura é um documento oficial para a confirmação de presença e faz a chamada inicial; **Conselheiras Representantes Governamentais:** Titular: Mara Sperandio – DGDM/SEJUF; Suplente: Tania Mara Domingues – SEJUF/DGDM; Titular: Jussara Fatima Ribeiro – SEAS; Titular: Dineia Alves de Freitas - SETI; Titular Ana Claudia Machado – SESP; Suplente: Juliana Heindyk Duarte – SESP; Titular: Kamila Conte Kunz – SEDU; Suplente: Michelle Leite Carolo – SEET; Titular: Carolina Bolfe Poliquesi – SESA; Titular: Regina Célia Vitória – SEED; Titular: Joseli Collaço – Casa Civil; Titular: Camila Aração – SEDEST; Suplente: Camila Evelin de Moraes – SEJUF/DT; Titular: Priscila Pacheco dos Santos – SECC; Suplente: Carla Konieczniak Aguiar – SESA; **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Correa – UBM; Titular: Carmen Regina Ribeiro – RFS; Suplente: Lara Cubis de Lima – RFS; Eunice Teiko – CUT/PR; Titular: Terezinha Andrade Possebom – HUMSOL; Suplente: Simone Beck Ribeiro – HUMSOL; Titular: Clarice Weisheimer – FETEC; Titular: Isabela Candeloro Campoi – UNESPAR; Titular: Rosalina Batista – ASSEMPA; Suplente: Silvana Rausis Fcachenco – ASSEMPA; Titular: Daniella Blanc Pierri Marques – FMPPR; Titular: Suplente: Marceli Camargo – CIAF; Titular: Celia da Silva Leonardo – RMN/PR; Suplente: Ivanete Paulino Xavier – RMN; Titular: Margleyse Adriana dos Santos – APP; Suplente: Marcia Aparecida de Oliveira – APP; Suplente: Daniele Bittencourt Azevedo Perich – FETEC; **Colaboradores e Convidados:** Rita Aparecida de Oliveira – ASSOFEPAR; Silvane A F Farah – DGDM/SEJUF; Janaina de Oliveira Plasido – MP; Louise Ronconi de Nazareno – IPARDES; Andressa Simões Reis Abraão – Procuradoria da Mulher; Helena de Souza Rocha – OAB/PR; Suelen Glinski – SEJUF; Gabrielle Viana Collatusso – SEJUF/DGDM; item um; **1) Boas Vindas da Presidente:** A Presidente Mara Sperandio cumprimenta a todas as conselheiras, ela convida a vice-presidente Maria Isabel para que também possa dar as boas vindas, Maria Isabel cumprimenta a todas e diz que gostaria de solicitar um ponto de pauta, Mara diz que a pauta parece curta mais está longa pois a apresentação do IPARDES sobre o diagnóstico do plano é grande e foi solicitado um tempo de, pelo menos, duas horas para que possa ser apresentado, ela diz que podem ir vendo a possibilidade de inclusão, ficando para aprovação, em seguida ela passa para o item dois da pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** Maria Isabel solicitou a inclusão do item de pauta sobre a situação ocorrida na comunidade Nova Esperança, não havendo objeção, foi aprovado a pauta com a inclusão do item: **Informes sobre a invasão da Ocupação Nova Esperança**, sendo o item sete da pauta; item três; **3) Aprovação da Ata de Novembro:** Ata aprovada; item quatro; **4) Informes do Departamento da Mulher:** Mara Sperandio diz que a Suelen do Departamento do Trabalho fará uma apresentação sobre os pontos de empregabilidade para as mulheres, Mara diz que ela diz que isso é uma solicitação do Secretário em prol das mulheres, que a Suelen é a chefe do departamento, fala que a

Suellen além de competente é a responsável pelas agências de emprego do Paraná também é responsável pela carreta do conhecimento, Suellen agradece a Mara pela oportunidade e inicia sua apresentação: “DEPARTAMENTO DO TRABALHO E ESTÍMULO A GERAÇÃO DE RENDA - RECOMEÇA PARANÁ: COOPERAÇÃO – SEJUF SEBRAE – EMPREENDEDORISMO E QUALIFICAÇÃO - 3 MÓDULOS - FORMATO DE AULAS ON-LINE - BOLSA AUXÍLIO DE R\$ 900,00 - VALOR TOTAL DE R\$ 4.050.00,00 - 4.500 VAGAS; Suellen diz que são três módulos, sendo: **Módulo 1:** Disciplinas: Empreendedorismo Autônomo – Objetivo: CONHECER A JORNADA DO EMPREENDEDOR AUTÔNOMO E PREPARAR-SE PARA ABRIR SEU NEGÓCIO - Carga Horária: 8 – COMO SER MEI: Objetivo: SABER TUDO SOBRE O UNIVERSO MEI: OBRIGAÇÕES, DECLARAÇÕES, BENEFÍCIOS, TAXAS E COMO SE TORNAR UM – Carga horária: 8 – Avaliação 1: 4 horas - Carga horária Total: 20 horas; **Módulo 2:** SOU MEI: Objetivo: TEMAS FUNDAMENTAIS PARA A BOA GESTÃO E SUCESSO DA SUA EMPRESA MEI – Carga horária: 13 horas – SOFTSKILLS PARA EMPREENDEDORES – Objetivo: DOMINAR EMOÇÕES E SER UM EMPREENDEDOR DE SUCESSO – Carga horária: 11 horas – Avaliação 2: 4 horas – Carga horária total: 28 horas; Módulo 3: GESTÃO EM VENDAS – Objetivo: SABER VENDER BEM E VENDER É ESSENCIAL PARA O SUCESSO DO SEU NEGÓCIO – Carga horária: 8 horas – FINANÇAS NO DIA DIA – Objetivo: CUIDE BEM DE SUAS FINANÇAS, PARA QUE NÃO FALTÉ DINHEIRO NA SUA EMPRESA E NO SEU BOLSO – Carga horária: 8 horas – Avaliação 3: 4 horas – carga horária total: 20 horas – Avaliação Final: 2 horas – TOTAL: 70 Horas; REGRAS - 1. SER RESIDENTE E DOMICILIADO NO ESTADO DO PARANÁ; 2. SER MEMBRO DE FAMÍLIA INSCRITA NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL (CADÚNICO), COM CADASTRO ATUALIZADO NOS ÚLTIMOS 24 MESES; 3. POSSUIR RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, DECLARADA NO CAD ÚNICO, DE ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL; 4. POSSUIR 18 ANOS COMPLETOS; E, 5. POSSUIR PERFIL EMPREENDEDOR. PERFIL EMPREENDEDOR: 1. ATUA NA PRODUÇÃO DE BENS PARA A COMERCIALIZAÇÃO OU NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA AUTÔNOMA, OU POSSUI INTERESSE EM INICIAR ESTA ATUAÇÃO; E 2. ESTÁ ORGANIZADO COMO EMPREENDIMENTO INDIVIDUAL OU COLETIVO, FORMAL OU INFORMAL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO OU PERMANENTE, OU POSSUI INTERESSE EM INICIAR ESTA ORGANIZAÇÃO. PARA PARTICIPAR: OS INTERESSADOS DEVERÃO DIRIGIR-SE ATÉ A AGÊNCIA DO TRABALHADOR, COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS: I - CARTEIRA DE IDENTIDADE/REGISTRO GERAL (RG), II – CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF), III – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E DOMICÍLIO NO ESTADO DO PARANÁ, III – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E DOMICÍLIO NO ESTADO DO PARANÁ, V – COMPROVANTE DE CONTA CORRENTE ATIVA NO BANCO DO BRASIL EM SUA TITULARIDADE, PARA VIABILIZAÇÃO DO RECEBIMENTO DO INCENTIVO FINANCEIRO”, em seguida ela pergunta diz que o site é totalmente responsável e todos os cursos podem ser acessados pelo celular e que todos são gratuitos, que iniciarão o primeiro pagamento ainda este mês e que a partir de janeiro vão poder estender a toda rede, Mara agradece a Suellen e diz que é importante que seja divulgado pelo conselho

pois vinte por cento das vagas estão sendo reservadas para as mulheres, Célia pergunta sobre o tempo do CadÚnico de dois anos anterior é restringir, Suellen diz que tem que estar com o cadastro atualizado nos últimos vinte e quatro meses, Célia pergunta se as mulheres da zona rural terão o mesmo acesso, Suellen diz que sim, que as vagas são limitadas pela questão dos limites dos recursos mas que darão acesso para todas, Carmen lembra que como estão construindo o plano é importante olhar não somente econômica, que com esses critérios podem não preencher, que precisam rever os critérios sobre o ponto de vista da violência, Suellen diz que as limitações desses critérios té conforme a legalidade da execução recursos, que sempre fazem uma consulta junto da PGE e todos os Decretos são analisados por eles e que essa é uma faixa de renda que não conseguem ampliar, Louise diz que este recurso já está para acabar e que este recurso são foi destinado para as mulheres e que o que a Suellen está dizendo que reservou vagas para as mulheres, que este projeto é mais para finalizar o tempo do projeto nossa gente que acaba em dois mil e vinte e dois, Silvana diz que termina um ano e começa outro e a questão da vulnerabilidade é permanente, Dona Rosalina parabeniza pela apresentação e diz que fica triste que as mulheres tenham que disputar vinte por cento das vagas, a Presidente agradece a Suellen pela apresentação e passa para o próximo ponto de pauta; item cinco; **5) Informes da Secretária Executiva - Trabalho realizado no período de 08 de Novembro à 07 de Dezembro de 2021: Contribuições da ATA:** - À ATA da reunião de 09 de novembro foi encaminhada por e-mail para as conselheiras, para contribuições, a conselheira Carmen contribui algumas correções ortográficas, disse que a ATA está correta e parabenizou pelo trabalho, sendo essa a única contribuição recebida. **Solicitação de Pauta e Convocação:** - Foi encaminhado por E-mail a solicitação de pauta, nenhuma pauta foi encaminha no tempo hábil para inclusão; - No dia 01/12/2021 foi Convocado as conselheiras e colaboradoras por e-mail e pelo grupo do WhatsApp do CEDM; - A Pauta com o link da reunião foi publicada no site do CEDM no mesmo dia da convocação, dando publicidade a forma de participação como ouvinte nas Plenárias do CEDM/PR. **Justificativas de Ausência:** - Eunice Tieko Miyamoto, da CUT justificou sua ausência por questões de saúde, sua suplente participará; - Claudete Carvalho Canezin da SETI encaminhou justificativa de ausência, sua suplente a conselheira Dinéia Alves de Freitas participará; - O DEDIF da SEJUF está sem a conselheira titular e a suplente, a Kelly L. Savioli da Cunha encaminhou a justificativa de ausência, pois estarei em viagem para a Interiorização do CEIM na capacitação de servidores no interior do Estado. **Tramitações por e-Protocolo: Substituição e Nomeação:** - A SEDEST solicitou a substituição da conselheira titular, para tal, foi elaborado a minuta de Decreto para tramitação do Protocolo: **18.304.407-9**, que trata da substituição da conselheira Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão, ficando indicada **PRISCILA COSTA PAGANOTTO**, como conselheira titular (a nova indicada já foi adicionada ao grupo do whatApp e convidada para participar da reunião). - Foi publicado no Diário Oficial nº. 11067 de 30 de Novembro de 2021 o Decreto 9581 - 30 de Novembro de 2021 que Nomeia **SILVANA RAUSIS FCACHENCO**, RG 896.504-8, como conselheira suplente da Associação das Entidades de Mulheres do Paraná – ASSEMPA, em substituição a Maria Lúcia Gomes. **Correspondências Recebidas:** - O Departamento de

Garantia dos Direitos da Mulher encaminhou o diagnóstico do IPARDES qual será apresentado no item seis da pauta; **Correspondências Enviadas:** - Foi encaminhado por e-mail a nota de repúdio para contribuições; - Foi publicado no site a nota de repúdio no site do CEDM, na aba notícias. - Foi encaminhado por e-mail para todas as conselheiras o diagnóstico do IPARDES; - Foi encaminhado por e-mail para todas as conselheiras e colaboradoras todos e-mails de convites recebidos; - Foi encaminhado por e-mail para o NUDEM o Protocolo: 18.107.564 - 3, Ref.: Verbas Para Defensoria Pública do Estado do Paraná (Ofício no015/2021 – CEDM/PR), com o seguinte despacho: “À Defensoria Pública. Protocolo: 18.107.564-3. Considerando a manifestação do GOFS (fls. 06 e 07), o qual informa que, para o próximo exercício, não há como indicar recursos da pasta, sugerindo que seja remetido à Defensoria Pública para manifestação; Considerando ainda, que, para o próximo exercício não há como indicar recursos, sugere-se à Defensoria Pública manifestação de qual seria o valor a ser pleiteado na LOA 2022/2023, endo estes os informes da Secretaria-Executiva do CEDM/PR para o mês de Dezembro de 2021, não tendo mais a tratar ela passa para o próximo ponto da pauta; item seis; **6) Informes do Grupo de Trabalho de Construção do Plano Estadual dos Direitos da Mulher:** A Presidente agradece a Louise do IPARDES pelo diagnóstico que foi realizado e a conselheira Carmen por ter feito o pedido deste diagnóstico, em seguida ela passa para a Loise do IPARDES para que ela inicie a apresentação do diagnóstico, “Apresentação do Diagnóstico: **ESTUDO SITUACIONAL PLANO ESTADUAL DOS DIREITOS DAS MULHERES: OBJETIVOS:** Demonstrar informações e organizar registros para planejar e expor a situação das mulheres no Paraná. Retratar a realidade da população feminina paranaense: panorama socioeconômico, particularidades da condição das mulheres, desafios em seu acesso aos direitos e sua violação. Limitação dos dados confiabilidade, fidedignidade, desagregabilidade, acesso público, tempo participação maturação, Recursos equipe; **DEMOGRAFIA:** A população feminina é proporcionalmente equilibrada com a masculina. A projeção populacional, realizada pelo IPARDES, demonstra que a distribuição por sexo tem um leve aumento do último Censo para o ano de 2021, em especial é possível identificar essa questão pelo envelhecimento da população paranaense em que o peso da população feminina é maior. A tendência é de confirmação do envelhecimento populacional pela queda da fecundidade e aumento da esperança de vida ao nascer. Para além do alargamento do topo e encurtamento da base, confirma-se o desequilíbrio da participação da população idosa entre sexos, o percentual de mulheres na população com 80 anos e mais era de 59% em 2017, em 2021 houve leve acréscimo (59,5%) estimando-se que em 2040, a proporção chega a 62,1%2; existe leve predomínio da população masculina, o que pode estar relacionado ao fato de, em todos os países do mundo, haver mais nascimentos de meninos do que de meninas. Como já se mostrou no estudo anterior, a razão de sexo, representada pelo número de homens para cada 100 mulheres, é maior na população jovem e em lugares com alto índice de imigração e/ou participação maior de população rural, vê-se que estes lugares se concentram na região central do Paraná e nos limites do Vale do Ribeira. Levando-se em consideração a projeção populacional para o ano de 2021, verifica-se que na maioria dos municípios do estado há predomínio da população feminina, sendo que naqueles com 50 mil habitantes

ou mais, apenas dois possuem razão de sexo em que para cada 100 mulheres há 100 homens ou mais; sobre indicadores populacionais, nos cálculos da razão de dependência demonstra-se o peso da participação feminina na população dependente, parcela potencialmente inativa que a sociedade deveria sustentar pela sua parcela potencialmente ativa. Pelas projeções, a razão de dependência passa de 44,9, em 2021, para 56,6 em 2040; Interpreta-se o valor da razão como a cada 100 pessoas potencialmente economicamente ativas no Paraná, em 2021, 44,9 são economicamente dependentes. Separando-se, por sexo, a dependência é maior na população feminina, de 45,2 chega a 60,0, em 2040; Em 2040, estima-se que a população dependente no Paraná será mais do que a metade da população economicamente ativa, assim o gasto assistencial com o segmento deve ser incrementado; **ESTRUTURA FAMILIAR:** Em termos de estrutura familiar, famílias sem filhos e famílias sem cônjuge com filhos aumentaram de um Censo para outro - 2000 para 2010. Casal sem filhos chegam a representar 22,7% das famílias paranaenses no último censo. A estrutura de famílias em que não há cônjuge e tem-se filho (s) não alterou significativamente, a mulher continua sendo em maioria a responsável por esse tipo de família. No Brasil, neste tipo de arranjo, responsáveis do sexo feminino sem cônjuge e com filhos representavam 88,5% em 2000 e passaram a ser 87,4% em 2010. No Paraná, a tendência começa em 88,1% para chegar a 86,8%. Mesmo que por meio da PNAD se possa ter uma avaliação da tendência para o estado todo, é importante que seja possível atualizar o Censo Demográfico; Em termos de divórcios, o aumento ao longo do tempo é observado conforme facilitação de regras e quebra de impedimentos legais vão sendo implementados. O número de divórcios teve uma disparada até 2011 depois estabilizou-se chegando a cair e em 2019; O aumento ocorre em todos os grupos de tempo transcorrido do casamento; Nesse último ano da série, ocorreram 9.633 divórcios e registraram-se 57.479 casamentos, sendo 425 homoafetivos: 185 de cônjuges do sexo masculino e 240 de cônjuges do sexo feminino; No documento mostra-se que houve diminuição da participação das mulheres na força de trabalho, bem como aumento da desocupação. Em 2020, explica o estudo, registrou-se uma contundente saída das mulheres da força de trabalho, que, por ter que atender às demandas de cuidados em seus domicílios, não retomaram a procura por emprego. Estima que cerca de 118 milhões de mulheres latino-americanas estariam em situação de pobreza, 23 milhões a mais do que em 2019; **TRABALHO E RENDIMENTO:** A diferença salarial percentual entre homens e mulheres entre 2015 a 2019 diminuiu. Na avaliação do rendimento médio habitual do trabalho principal, comparando-se com valores reais, percebe-se que os rendimentos das mulheres aumentaram mais do que o dos homens, na grande maioria das unidades federadas. O Paraná ainda ocupa a terceira posição de maior diferença salarial desvantajosa entre os sexos, como no estudo anterior. As mulheres recebem em média – 28,5% do que homens. O estado também não mostrou boa performance no aumento salarial médio entre os anos de 2015 e 2019: sendo a 9a. pior posição de aumento real para homens (1,4%) e a 8 a. pior para mulheres (8,9%); Na avaliação da média de recebimento do trabalho principal, as disparidades de remuneração prejudicam os negros. Mulheres negras recebem – 54,9% do que homens brancos, a maior disparidade. Elas também recebem 28,9% a menos do que homens

negros, sendo uma diferença pouco menor do que aquela entre mulheres e homens brancos, em que essas recebem – 32,4%. Mulheres negras recebem – 33,3% do que as brancas e os homens negros recebem – 36,6% menos do que os brancos. As mulheres brancas recebem 6,2 % a mais do que os homens negros. Mulheres negras são inseridas no mercado de trabalho com desvantagens muito elevadas no ponto de partida, que mesmo com crescimento da escolarização geral e especificamente das mulheres, aumento na participação no mercado de trabalho e melhoria nos tipos de ocupação, há ainda um percurso longo para equidade com as mulheres brancas e ainda mais para com os homens, negros ou brancos; Considerando apenas o rendimento do trabalho principal, as diferenças maiores, no Paraná, estão nas pontas dos níveis de instrução: para os sem instrução ou menos de um ano e para superior completo. Além de que a diferença salarial é pior no estado do que no geral do país. De 2015 para 2019 houve uma redução da disparidade salarial entre os sexos, mas permanece relativamente alta; A diferença de mulheres para homens no total, independentemente do nível de instrução, é menor devido à composição por escolaridade, já que as mulheres têm um perfil de maior escolaridade que aumenta a sua média total; Houve redução do tempo de horas trabalhadas semanais, tanto para homens quanto para mulheres, havendo também diminuição da diferença entre os sexos, de 2012 para 2020. Pode ser que os rendimentos menores estejam associados ao número de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal: menos horas de trabalho remunerado, menor salário. Mesmo assim, a diferença que se tem nas horas, sabendo-se que a média das mulheres é, em 2020, no Brasil, 12,1% e, no Paraná, 15,6% menor não explicaria a variação da disparidade salarial de 20 ou mais pontos percentuais negativos no ganho das mulheres em relação aos homens; No Brasil, em 2012, homens trabalham 6,4 horas a mais em média do que mulheres, o que corresponde a 14,7% a mais de horas; no Paraná no mesmo período, os homens trabalham 6,8 horas a mais em média, equivalendo-se a 16,0% a mais de período trabalhado em média semanal. A mesma lógica se emprega para 2020; Nos últimos dois anos da série (2001-2019), conforme os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), houve diminuição do rendimento médio real de ambos os sexos. A média de aumento da remuneração real nos 18 anos da série foi maior para mulheres, e mesmo assim, elas ainda chegam em 2019 a ganharem 11,2% a menos, verifica-se que a diferença de rendimento entre homens e mulheres reduziu nos últimos três anos, mas ainda não se tem uma estabilidade, havendo oscilação das diferenças no período, tendo-se um pico maior do valor real absoluto em 2012. Em 2019, observou-se a menor diferença do rendimento médio real entre homens e mulheres: R\$ -333,34, porém o rendimento real decaiu nos últimos dois anos para ambos os sexos, o que só aconteceu para mulheres de 2001 para 2002 em todos os anos da série; Em termos de todas as ocupações, nas categorias do emprego do trabalho principal, os homens se distribuem em proporção maior do que as mulheres nas seguintes: empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada; empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada; empregador; conta própria. Já as mulheres se distribuem em proporção maior do que a dos homens nas categorias: empregado no setor público com carteira de trabalho assinada; empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada; militar e servidor estatutário¹⁷;

trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada; trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada e trabalhador familiar auxiliar. A posição de trabalhador doméstico é essencialmente feminina (92,2%). O serviço doméstico remunerado permanece no Brasil um bolsão de ocupação para a mão-de-obra de mulheres, ancorando-se nas estruturas culturais patriarcais e escravocratas da história nacional. O crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, combinada com o aumento da escolaridade feminina, produziu maior diversificação ocupacional, mas, mesmo assim, para as mulheres, a posição de emprego doméstico ocupa em torno de 10% das mulheres ocupadas, enquanto, para homens, chega-se ao máximo de 1% da mão-de-obra ocupada; **ESTRUTURA ADMINISTRATIVA:** Verifica-se que os vínculos das mulheres são proporcionalmente majoritários nos quadros ligados a profissões do magistério, educação básica e superior e serviços de saúde. Dos cinco quadros profissionais mais numerosos do poder executivo, que abrangem 124.739 vínculos, 78,9% de todos os vínculos do estado, somente o quadro da polícia militar não está ligado à educação e tem proporcionalmente mais vínculos de homens do que de mulheres. Também se nota que, nos quadros comissionados, funções gratificadas de gestão pública ou tributária, o percentual de vínculos com pessoas do sexo feminino é proporcionalmente menor do que com as do sexo; A segregação ocupacional geral pelos dados da RAIS, em que os cargos de dirigente, em que em todos os setores produtivos, são majoritariamente ocupados por homens. Mesmo as mulheres participarem na média de 17 anos da série como 43,3% da força de trabalho do emprego formal, nas ocupações de dirigente a média do período ocupada por mulheres é de 38,9%. Os dados da administração direta do poder executivo paranaense repetem a constatação anterior; **POBREZA:** Os dados atualizados e públicos do CADÚNICO com a marcação das pessoas que são beneficiárias do PBF são de julho de 2021. Nessa base há 2.265.594 famílias cadastradas, abrangendo 3.546.857 pessoas, sendo a maioria mulheres 55,3% (1.961.006). Comparando com a série da PNAD sobre pobreza, observa-se que dessas pessoas 26,8% estão na faixa de renda considerada de extrema pobreza, renda per capita familiar até R\$ 89,00, e 14,3% estão na faixa de pobreza, renda per capita familiar acima de R\$ 89,00 até R\$178,00, sendo que as mulheres estão em maioria nessas condições de pobreza. Dentre as pessoas cadastradas que estão na faixa de extrema pobreza, 56,7% são do sexo feminino. O registro do CADÚNICO de extrema pobreza é consideravelmente maior do que o registro da PNADC. Parte desta diferença pode ser devida a que no CADÚNICO o cálculo para identificar os extremamente pobres considera a renda antes das transferências, diferente dos dados mostrados da PNAD Contínua em que se considerou o rendimento de todas as rendas; Quanto a concessão do benefício do PBF, também são as mulheres a maioria das beneficiárias. Do total de pessoas cadastradas 1.230.537 receberam PBF em julho de 2021, 56,8% delas eram mulheres; O boletim PNAD COVID do IPARDES (de maio a novembro) mostrou que o AE, no mês de julho, chegou a representar 10,6% da massa de rendimento domiciliar no Brasil. Neste mesmo mês atingiu sua participação máxima no Sul e no Paraná, com valores de 6,2% e 7,1%, respectivamente. Mas, em novembro houve queda na composição da renda domiciliar, provavelmente devido à redução do valor mensalmente transferido; No Brasil 55,3% dos

beneficiários do AE em 2020 foram mulheres e no Paraná o percentual é de 54,5%. E no ano de 2021, no Brasil as beneficiárias do auxílio no total do país representavam 52,9% e para o estado paranaense 51,8%; **SAÚDE:** No Paraná em 2020 é de 51,3 filhos (nascidos vivos) para cada mil mulheres na faixa etária fértil (15 a 49 anos). Há queda nas taxas de fecundidade dos grupos etários até 29 anos e aumento nos grupos etários de 30 até 49 anos, com destaque de diminuição no ano da Pandemia, tendo-se em vista o período 2018 a 2020. Mesmo assim, uma fecundidade de 40,3 filhos a cada mil mulheres de 15 a 19 anos é considerada alta, comparada com “o verificado entre países da Europa e América do Norte, que não ultrapassaram 25,0 filhos por mil mulheres; O número de nascidos vivos, diminuiu na série de 2003 a 2019 no Paraná e Brasil, assim como, a proporção dos nascidos vivos de mães adolescentes em relação ao total dos nascidos vivos decresceu. Nascidos vivos de mães adolescentes representavam no Paraná 10,0% de todos os nascimentos, em 2003, e passando para 5,5%, em 2019. O fato de meninas mais jovens estarem iniciando vida sexual não significa aumento na fecundidade das faixas adolescentes e nem da gravidez na adolescência; Quanto à mortalidade materna, há uma redução constante iniciada nos anos 1990, sendo que o indicador acaba se tornando estável a partir da década de 2010. No Paraná, a razão vem reduzindo, mas há alguns picos anuais. Tem-se que pensar também que se trata de ocorrências às vezes raras ou de baixa frequência, qualquer alternância de acontecimentos, de um ano para o outro, pode produzir a falsa impressão de aumento, mas não necessariamente se mantém; A análise da mortalidade materna por cor mostra como pequenos números entre nascidos vivos e mortes podem mostrar valores altos desse indicador. Deve-se avaliar que pela declaração de cor da mãe mais de 70% dos nascidos vivos nos quinquênios eram de mães brancas. Quanto aos óbitos maternos em torno de 65% no período eram de mães brancas, o que mostra alguma distorção, mas não tanta; Quanto às questões da gestação, no estudo anterior constatou-se que a sífilis em gestantes estava crescendo, tendo-se o dado de 2015 como último de referência. A tendência de crescimento se mantém para anos posteriores até 2020. Em relação ao Brasil, parece que o Paraná e a Região Sul reverteram o crescimento tendendo a estabilização, no entanto essa tendência só poderá ser confirmada nos próximos anos. A partir de 2013, o Paraná passou a ter taxa maior do que a brasileira; No Paraná, entre 2008 e 2020, foram registradas 121.573 interações em decorrência de abortos, de espontâneos até aquelas outras gravidezes que terminam em aborto; Eles correspondem a 38,4% dos eventos da Região Sul (316.520 interações no período) e 4,5% dos eventos do Brasil (2.680.329 interações no período). Esses dados não podem inferir se o evento foi provocado ou não, se é legal ou não, mas retratam a vida reprodutiva feminina na sua dinâmica; No último estudo indicou-se a sensibilidade em se tratar óbitos decorrentes de aborto. Foi indicado no período de 2010 a 2015 o número de 11 mortes decorrentes de aborto registradas do Sistema de Informações Hospitalares (SIH); atualizando os dados, tem-se 23 mortes de 2010 a 2020. A mortalidade está associada a práticas inseguras e desconhecimento, e em alguma medida às leis restritivas que acabam por sustentar práticas precarizadas na resolução da gravidez para um grupo considerável de mulheres; Em relação a saúde mental, existem apontamentos de que as mulheres estão mais suscetíveis a desenvolver depressão,

transtornos relacionados com alimentação e até a acumularem mais de um distúrbio psíquico ao mesmo tempo enquanto homens são maioria em doenças como alcoolismo e de comportamento antissocial. Lidar com estigmas sociais e a carga mental de obrigações de resposta a padrões pré-estabelecidos pressionam mulheres de maneiras diferentes do que aos homens. Nesse sentido, as diferenças de respostas e percepções entre os sexos sobre saúde mental, imagem corporal e relações sociais entre colegas na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) traz alerta sobre que tipo de carga mental as meninas estão sofrendo. Olhar para adolescentes entre 13 a 17 anos e constatar diferenças nas pressões que podem se transformar em sofrimento psíquico é importante para melhoria na atenção e produção de cuidado necessários para um pleno desenvolvimento na vida adulta; As repostas demonstram maior sobrecarga para as meninas em relação a sua imagem corporal e saúde mentas. São elas que sentem mais que a vida não vale a pena, têm imagem negativa da sua saúde mental e não estão satisfeitas com sua imagem corporal (figura 10), justamente numa fase de desenvolvimento psíquico que pode criar confiança no seu posicionamento subjetivo para o resto da vida. Em relação a perspectiva geral da saúde mental, as meninas (31,2%) têm três vezes mais noção negativa do que os meninos (9,1%); **ROMPIMENTO DE VÍNCULOS:** A grande maioria das pessoas presas custodiadas no Sistema Penitenciário é do sexo masculino, apenas 5,1% de encarceradas no Brasil são do sexo feminino e no Paraná 5,9%. Mesmo que a população carcerária seja majoritariamente masculina, deve-se perceber que o crescimento do encarceramento feminino é maior do que o masculino. Estudos do Infopen (2017) e análises do boletim do observatório de desigualdades (2021) mostram que o número de mulheres privadas de liberdade saltou no período 2000 para 2020. Os dados de encarceramento no Paraná comprovam o crescimento de ambos os sexos das pessoas presas, mas ele é maior na população feminina: de 2005 para 2020 a população do sexo feminino encarcerada aumenta em 646,0% e a população do sexo masculino em 564,9%; Na base de dezembro de 2020, para o Paraná, não havia informação de cor/raça para 74,6% das pessoas presas custodiadas no Sistema penitenciário; não havia dados de nível de instrução para 74,0% e não havia registro da faixa etária para 54,9%; O levantamento tem registro de 69 estabelecimentos cadastrados e no Brasil todo são 1.527; Em dezembro de 2020, com o que se possuía de declaração, 56,9% das pessoas do sexo femininos encarcerados são negras, pretas e pardas; no caso de pessoas do sexo masculino, 41,5% são negros. Quanto ao nível de instrução, 55,4% das pessoas presas do sexo feminino têm menos ou até o ensino fundamental completo e os do sexo masculino seria 72,4%. Ademais, são pessoas jovens: 44,6% do sexo feminino têm até 29 anos de idade e para o sexo masculino são 47,6%; No levantamento de 2020, registrou-se 69 estabelecimentos do Sistema Penitenciário Paranaense, sendo só quatro (5,8%) exclusivos para o sexo feminino e 20 de tipo misto (29,0%). E mesmo nesses exclusivos, apenas um possui cela adequada/dormitório para gestante, creche e berçário e/ou centro de referência materno-infantil. Foi contabilizado 14 gestantes e nenhuma lactante em dezembro de 2020, todas estavam em estabelecimentos penitenciários mistos. Ademais, há sete estabelecimentos que possuem ala ou destinadas exclusivamente às pessoas privadas de liberdade que se declarem

lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), sendo duas celas exclusivas; Em 2016 o Censo SUAS - Unidades de Acolhimento registrou 560 instituições de acolhimento no Paraná. Em 2019, o número foi de 534. Tanto o perfil de instituições registradas segundo o seu tipo, quanto o perfil quantitativo de distribuição de mulheres em acolhimento, por público atendido e faixa etária, não se alteraram no período. Continua se observando uma maioria de instituições destinadas a crianças, seguida de para pessoas idosas; O número de instituições específicas para esse serviço é baixo e assim o número de acolhidas que se apresenta também. No momento de preenchimento haviam 66 mulheres acolhidas, com seus filhos totalizavam 89 pessoas. De todas essas pessoas, 51,7%(46) estavam há menos de um mês no acolhimento; 34,8%(31) de um a três meses, 9,0%(8) de sete a 12 meses e por fim, 4,5% (4) estavam entre 13 a 24 meses em acolhimento; Os atendimentos variam de mês a mês e foram encontrados 191 equipamentos diferentes que preencheram o sistema pelo menos em algum mês no ano de 2019. Para essa mesma base de dados, há uma média de 1.659 pessoas incluídas como novos casos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), durante o mês de referência: 44,3% de pessoas do sexo masculino e 55,7% do sexo feminino, de todas as idades. Há também, uma média de atendimento de 244 mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) por mês; **VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES:** Os óbitos de mulheres por agressões 46, no Paraná, na média de 2002 a 2019, representam 8,9% do total de óbitos por agressão. Usa-se a taxa de óbitos por agressão, retratadas pelo sistema de mortalidade, como proxy da taxa de homicídios. O Paraná apresentou uma queda nessa taxa nesse último triênio de 2017 a 2019, sendo que apresenta a 8 menor taxa dentre as unidades federativas para esse último período; Quanto à distribuição dos óbitos por faixa etária no Paraná, os óbitos se concentram majoritariamente nas faixas de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos, para ambos os sexos. Porém, para o caso masculino, os óbitos de pessoas de 20 a 29 anos é nove pontos percentuais acima do que a representação feminina; A maior parte das agressões que levaram a óbito foram por arma de fogo, objeto cortante ou contundente: 93,4% no período dos óbitos masculinos, no Paraná, e 83,5% dos óbitos das pessoas do sexo feminino. Mas, registra-se uma diferença entre os sexos que diz respeito a serem proporcionalmente mais diversificadas os meios de agressão nos óbitos de pessoas do sexo feminino e também terem um percentual maior para as categorias de morte por enforcamento, estrangulamento ou sufocação e por meio de força corporal. Essas duas categorias indicam que há descompasso de força entre vítima e agressor; Quanto às causas que levam ao óbito por faixa etária das pessoas do sexo feminino, no Paraná, a distribuição permanece semelhante ao que já foi encontrado no estudo anterior. As crianças e adolescentes até 14 anos tem uma distribuição de causas mais pulverizada e nota-se como a agressão por estrangulamento é mais frequente. Para adolescentes e pessoas adultas, a arma de fogo é mais prevalente seguida de agressões por objetos cortantes. Para as pessoas idosas, armas não se mostram muito frequentes, mas objetos cortantes sim e também sufocamento. Claro, deve-se ter em mente que são poucos casos no total do Paraná em 18 anos de série; Os casos notificados acontecem em maioria na

residência da pessoa, sendo ou não uma habitação coletiva. No Paraná, considerando todos os casos (252.151) incluindo-se o de lesão autoprovocada, para ambos os sexos, 75,3% (189.864) acontecem na residência da pessoa. Retirando-se os casos de lesão autoprovocada (190.860) o percentual diminui para 70,6% (134.776); A faixa etária de crianças e adolescentes até 14 anos de idade abrange 42,9% dos casos de violências notificadas. Quando se trata do sexo feminino, esse percentual baixa. Mostrando que as notificações sobre adolescentes mais velhas e mulheres adultas ganha maior peso, tanto nas violências gerais quanto naquela ocorrida na residência; Em relação à violência a PNS mostra que, em 2019, 8,9% no Paraná e 12,0% no Brasil das pessoas de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência deixaram de realizar suas atividades habituais em decorrência disso. Nesse caso, grande maioria dessas pessoas que tiveram que deixar suas atividades habituais são por causa das violências sofridas são do sexo feminino: 81,5% no Paraná e 72,5% no Brasil; As violações de direitos no caso dessa faixa etária estão ancoradas nos direitos fundamentais previstos pelo estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os dados para Brasil e também Paraná, apontam que os registros de violações, no geral, são proporcionalmente equilibrados entre os sexos. De 20 estados com registros divulgados, o Paraná é um daqueles em que essa proporção está equilibrada, sendo que no geral, as violações na maioria atingem as crianças e adolescentes do sexo masculino. Especificamente na violação ao direito à Liberdade, Respeito e Dignidade, avaliando as informações para o Paraná sem distinção entre sexos, a violência sexual, abusos e exploração sexual abrangem a maior parte dos casos (28,5%). A segunda maior categoria são os atos atentatórios à cidadania (27,0%), depois segue-se violência física (18,6%) e violência psicológica (16,3%). O peso da violência sexual é consideravelmente maior para o sexo feminino, sendo que dentro do direito violado específico apenas para categorias de violência sexual, abuso e exploração sexual, das 13.537 violações registradas no período, 80,9% foram cometidos contra crianças e adolescentes do sexo feminino; Os dados do Paraná, também mostram que a maioria das violações é cometida por familiares: 54,5% delas são cometidas ou por mãe, tio, tia, padrasto, madrasta, irmãos, avós, responsáveis; As ocorrências não só aumentaram absolutamente, mas também se avaliado como taxa. Passou-se de 3.713 casos de violência contra às mulheres a cada 100 mil mulheres maiores de 18 anos, em 2017, para 4.219, em 2020; Proporcionalmente, a violência doméstica contra mulher tem leve decréscimo em relação a toda violência doméstica. O feminicídio teve aumento proporcional em relação a todas as mortes provindas de homicídio doloso e depois leve diminuição; No caso das vítimas crianças, a violência sexual concentra grande parte dos registrados. Dito de outra forma, dentre todas as ocorrências com vítimas do sexo feminino que são crianças até 12 anos de idade 43,5% em média (de 35,5 a 48,1%) no período das ocorrências são crimes contra a dignidade sexual ou crimes sexuais contra vulneráveis. E quando as vítimas são adolescentes a média é de 17,1% (de 11,6 a 25,5%). Para todas as outras faixas etárias, a violência sexual não chega a 5% de todas as ocorrências; REDE DE PROTEÇÃO: A Rede de Atendimento e Proteção às Mulheres é composta por agentes governamentais e não governamentais no âmbito da formulação, execução e fiscalização de políticas voltadas para as mulheres, abrangendo: a)

organismos de políticas para mulheres; b) movimentos de mulheres; c) conselhos dos direitos das mulheres e de controle social; d) núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres; e) serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; f) Instituições de Ensino Superior; g) órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos e h) aqueles que prestam serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. Foram sintetizados serviços em articulação e rede que compõe esses agentes conforme figura e quadro abaixo. A constituição dessa rede busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, e efetivar os êxitos previstos na Política nacional de Enfrentamento à violência: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos. A formulação e os atendimentos abrangem diversas áreas como saúde, educação, segurança pública, assistência social, cultura, entre outros, distinguidos em grandes áreas dos sistemas de políticas: Sistema de Políticas Sociais e Garantia de Direitos (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, etc.); Sistema de justiça (poder judiciário e ministério público); sistema de segurança; **REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:** Mesmo compondo a maioria do eleitorado desde os anos 2000, não se visualiza muitas mulheres nos cargos eleitos. Para tentar melhorar a participação das mulheres nos anos 1990 foi aprovado a lei de cotas nas candidaturas (Lei nº 9.504, de 30 de novembro de 1997), no entanto não surtiu o efeito esperado, pois mesmo com 30% de candidaturas femininas minimamente asseguradas a representação de eleitas está sempre bem abaixo desse percentual da cota. Aparentemente, não há mudança significativa das eleições proporcionais de 2014 - identificada no estudo do último plano - para 2018. Em 2014, dos 54 deputados estaduais eleitos quatro eram mulheres (7,4%) e em 2018, viraram 59 deputados eleitos sendo cinco mulheres (8,5%). Cresceu o número de vagas, mas não cresceu proporcionalmente o número de mulheres. No caso dos deputados federais eleitos no Paraná: em 2014, eram 30 cargos sendo duas mulheres (6,7%) e para 2018, são 34 cargos sendo três mulheres (8,8%). Em termos de candidatas para assembleia legislativa estadual tinha-se 31,2% de mulheres na última eleição e 30,4% para a câmara dos deputados, mantendo-se a disparidade entre candidatura e eleição efetiva. Como se pode observar pelo gráfico 41 abaixo, isso se reproduz nas Câmaras municipais, mas a representação é maior e aumentou ao longo do tempo. A participação nas entidades sociais, associações e movimentos favorece a circulação de ideias entre mulheres e contribui para o pleito de seus interesses e preocupações. Um estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil indicou a maior presença feminina nas organizações da sociedade civil com poucas variações. Os dados do IBGE tratam de dados de 2010, 2013 e 2016 e mostram que a maioria das entidades identificadas se classifica como de tipo religioso, sendo a maioria do pessoal ocupado assalariado do sexo feminino, com exceção das entidades de Cultura/Recreação e Meio Ambiente e Proteção Animal. Esses dados das fundações em fins lucrativos mostram que a maior parte dos assalariados são mulheres, mas a diferença da remuneração favorece aos homens. No entanto, não se pode inferir especificamente essa desigualdade, pois as tabelas não conseguem cruzar sexo e nível de escolaridade, estando aí embutida a diferença salarial de pessoas com nível médio e

nível superior de ensino (tabela 44). Em 2016, no Brasil os ocupados do sexo masculino receberam na média 31,6% a mais do que pessoas do sexo feminino, na Região Sul o descompasso é maior sendo 46,2% a mais e no Paraná a diferença foi de 44,5%. Parece interessante apontar que, no Paraná, o percentual de pessoas ocupadas assalariadas do sexo feminino é maior e que a diferença salarial é em torno de 13 pontos percentuais (p.p) pior do que a média do Brasil. Em relação ao CEDM, identificaram-se 213 pessoas diferentes que circularam em representações, de titular ou suplente, ao longo dessas últimas quatro gestões, após a alteração da lei do conselho. Em quatro gestões, tendo-se 13 cadeiras de titular e 13 de suplência, seria possível a representação de, pelo menos, 104 pessoas diferentes - 26 em cada gestão-, caso não houvesse nenhuma recondução de organização ou de pessoas. As organizações não mudam ao longo de uma gestão, mas podem fazer alterações nas pessoas que as representam. Essas trocas de cadeiras de suplência e titular são comuns, por isso, numa mesma gestão chegaram a passar até 40 pessoas diferentes representando a sociedade civil 62 e 42 na parte governamental; Quanto à representação das entidades, pelo regulamento, têm-se que quatro vagas são para entidades e organizações de caráter sindical, associativa, profissional ou de classe que atuem na defesa da democracia e na promoção da igualdade social e dos direitos das mulheres; oito vagas são para entidades e articulações feministas e de defesa dos direitos das mulheres e uma vaga para Instituições de Ensino Superior (IES). Ao total no período 2013 a 2021, perfazendo quatro gestões, tendo-se 13 cadeiras para organização civil, seria possível a representação de até 52 organizações diferentes. Quanto à representação das entidades, pelo regulamento, têm-se que quatro vagas são para entidades e organizações de caráter sindical, associativa, profissional ou de classe que atuem na defesa da democracia e na promoção da igualdade social e dos direitos das mulheres; oito vagas são para entidades e articulações feministas e de defesa dos direitos das mulheres e uma vaga para Instituições de Ensino Superior (IES). Ao total no período 2013 a 2021, perfazendo quatro gestões, tendo-se 13 cadeiras para organização civil, seria possível a representação de até 52 organizações diferentes. Mas, os processos eleitorais mostram que há poucos registros de entidades que conseguem ser habilitadas a votar e serem candidatas para o CEDM. Na escolha para gestão de 2015-2017, foram habilitadas 17 entidades; na gestão de 2017-2019, habilitaram-se 18 organizações; e para gestão 2019-2021, apenas 14 conseguiram habilitação para votar ou/e candidatura; Atualmente, existem 88 municípios que possuem Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dentre eles 59 mantém o conselho em funcionamento. (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL Diretoria de Pesquisa Núcleo de Estudos Populacionais e Sociais – NEPS; Equipe: Louise Ronconi de Nazareno; Apoio: Angelita Bazotti – Socióloga/NEPS Leonildo Pereira de Souza – Sociólogo/NEPS Lenita Maria Marques – Economista/NEPS Paulo Roberto Delgado – Sociólogo/NEPS Cláudio Jesus de Oliveira Esteves – Geógrafo/NMDR Julio César de Ramos – técnico/NMDR)”; Louise agradece o apoio de todos os colegas com as revisões e diz que as conselheiras também são colegas para revisões, Mara agradece e parabeniza toda equipe que está trabalhando para construção do plano e diz que sem a ajuda do IPARDES não conseguiriam, Maria Isabel parabeniza pelo trabalho que foi

apresentado e diz que tudo que se fala nas questões de violência aparece no trabalho, ela diz que quando se fala das redes é fundamental considerar as universidades, Louise diz que foi considerado, Maria Isabel diz que é fundamental agregar tudo que tiver de informação sobre a rede, ela fala que a questão dos conselhos e funcionamento nem o CEDM tinha esses dados, que a questão das procuradorias também é fundamental, que todas essas questões são fundamentais para que possam construir o plano com todas as demandas, Louise diz que será colocado em um novo mapa, ela diz que não tem dados administrativos, que se a secretária quiser passar os dados ela pode agregar o que tiver a mais, mas que tem que ser feito até janeiro, ela diz que aguarda até dia dezessete de dezembro as contribuições pois depois entrará em recesso e retorna apenas em janeiro, Maria Isabel agradece o trabalho da equipe, em especial o da Louise, dona Rosalina parabeniza o trabalho, que é muito importante ter um profissional que traga a apresentação numa linguagem que se entenda, ela diz que foi uma aula, ela diz que também estão construindo o plano municipal e usarão muito desses dados que foram apresentados, ela fala que a questão da mortalidade das mulheres em municípios pequenos chamou a atenção e pergunta quais as ferramentas que podem buscar para contribuir com o acolhimento dessas mulheres, que isso seria muito importante buscar essas informações para contribuir com a busca desses dados, que esse fortalecimento é muito importante, Louise diz que é muito importante a disseminação constante de onde a mulher pode procurar por atendimento, que os dados dos pequenos municípios apontam que os óbitos ocorrem mais nas residências das mulheres, ela diz que precisam de treinamento e massivos por propaganda em todos os órgãos, ela diz que não sabe como chegar nas mulheres acudadas num município que não tem equipamento, mas que a pessoa que está lá tem que saber onde recorrer, ela diz que não é fácil e que não acha que seja tão rápido de resolver, mas, que tem que ser mostrado, dona Rosalina diz que Londrina não é pequeno e que a questão do consórcio foi uma maneira que tiveram para atendimentos na área da saúde e trabalhar a questão da violência, e que ela participou de um curso pela secretaria de justiça nacional, que foi chamado duzentos líderes do Brasil para implantar essa questão, só que parou, ela diz que talvez pudessem puxar uma discussão com as secretarias para buscar recursos para adotar ações, ela lembra que no dia da posse o Ney falou em trabalhar rápido com o projeto de criação do fundo, que isso também deve ser incluído no plano, ela diz que os apontamentos nas falas da Louise contribuir para o futuro baixar a mortalidade materna e violência infantil, Carmen parabeniza o IPARDES e diz que se sente contemplada e que irá ler o documento completo até dia dezessete e tentará contribuir, ela diz que com relação aos dados, não precisam querer contemplar tudo, que tem muitas coisas que são muito pontuais e que não são de caráter permanente, que podem até colocar algumas coisas pontuais como exemplo, mas que não vão cobrir todas as saídas que municípios não conseguem fazer, Louise, diz que se houver erros de português que as conselheiras podem se sentir a vontade para apontar, ela diz que a Isabela encaminhou muitas coisas e que espera que seja encaminhado por e-mail, ela deixa o e-mail no chat e diz que pode ser compartilhado no grupo do WhatsApp para as conselheiras, não havendo mais a tratar a Presidente passa para o próximo ponto da pauta; item sete; **7) Inclusão de Ponto de Pauta –**

Informes da Situação da Ocupação Nova Esperança: A conselheira Maria Isabel fala que quarta ou quinta da última semana, a ocupação Nova Esperança, em Campo Magro, que tem duas mil famílias nessa ocupação e que eles são extremamente organizados e que a polícia militar entrou de forma muito acintosa, com gás lacrimogênio, com tiros de borracha, que a polícia entrou e mataram um rapaz, que a companheira do rapaz, uma menina de quinze anos grávida, foi levada ferida pela polícia, com destino ignorado, que ninguém sabia onde ela estava, que a menina relata que sofreu violência psicológica e física, que depois de algumas horas foi devolvida, que no dia seguinte o BOPE foi com fuzis para entrar novamente na comunidade, que o líder da comunidade já morou na ocupação Tiradentes ou Vinte e Nove de Março, que realmente quando a polícia falou que voltava, houve o incêndio na comunidade Tiradentes e mais de cem famílias ficaram desabrigadas, e que as mais de duas mil famílias da comunidade Nova Esperança tem medo que aconteça algo similar na comunidade, ela fala que o prefeito de Campo Magro acusa a comunidade toda de serem os responsáveis por atear fogo no pátio de máquinas da prefeitura sem provas, que ele não sabe quem fez isso mas ele acusa a ocupação, ela fala que na sexta-feira tinha uma atividade com o conselho municipal dos direitos das mulheres em Colombo, que ela passou a manhã inteira lá, que o Conselho Estadual dos Direitos Humanos tinha uma reunião ordinária e transferiram a reunião para a ocupação, que tem vídeos circulando nas redes de um helicóptero a manhã inteira e a tarde fazendo voos rasantes, também de forma acintosa, e tarde iriam na comunidade conversar com as mulheres e acabaram não indo, pois as mulheres fizeram um manifesto na frente do GAECO e do MP, depois pediram uma reunião com o secretário, ela diz que acabou entrando na reunião com o coordenador do GAECO, pois estava representando o CEDM, que uma das questões que colocou para o coordenador é que percebem que não existe isonomia no tratamento entre comunidades, como por exemplo, do Batel e do Parolin, que nessas questões, as mulheres são as que mais sofrem, não porque elas estejam envolvidas, mas, muitas vezes, por serem companheiras, ou, simplesmente por serem mulheres, que da forma como o próprio MP trata é fundamental, ela fala de outro caso no Parolin, onde, supostamente, três jovens e um adulto foram mortos, pois, supostamente, estariam envolvidos em crimes contra o patrimônio, e, os policiais, foram inocentados, ela fala que a forma como as coisas se dão, em bora no Brasil não se tenha pena de morte, na realidade tem pena de morte para a população preta e pobre das periferias e das ocupações, que neste momento que estão construindo o plano, devem ter um olhar bastante criterioso para as populações excluídas, que, muitas vezes, não tem se quer onde buscar um alento para exercer sua cidadania, que se a Constituição nos coloca como iguais, para cidadãos e cidadãs num geral, tem que ter o mesmo tratamento, que não tem cidadão ou cidadã de primeira, segunda e terceira categoria, que, teoricamente, todos somos iguais perante a lei, que estão percebendo tantas mortes e que isso está acontecendo em todo país e também no Paraná, que não tem como não se condoer co isso, ela pede ao conselho que remetesse caso para comissão, para que acompanhem esse caso, diz que já é uma violência uma menina grávida aos quinze anos, más, que é uma violência ainda maior ela ver seu companheiro ser assassinado na sua frente e depois ser levada para um lugar que ninguém sabe qual é, pede que deem um

encaminhamento sobre isso, Carmen parabeniza a conselheira Maria Isabel pelo relato e diz que acompanhou pelo youtube e viu as manifestações e a ação do helicóptero, que isso junta com o manifesto anterior, com relação a mulher que foi espancada no CIC, diz que no Brasil estão enfrentando política de segurança que é ditada, uma política de repressão a população pobre e negra, que a polícia se sente no direito de julgar e executar uma punição, que os homens e as mulheres que estão nas polícias militares, precisam saber o que é encomendado para eles, que parece que isso não está bem claro, que eles parecem se sentir seguros de que nada acontecerá, que hoje em dia já dá para generalizar, que existem muitos casos, que isso é algo que vem se perpetuando e que precisam fazer alguma coisa para mudar isso, a Dra. Helena da OAB, parabeniza as conselheiras pelas falas e concorda que precisam pensar nisso como algo mais amplo, que poderiam pensar em um grupo de trabalho, em conjunto, para trabalharem essa questão como uma questão mais ampla e não como um caso isolado, Célia diz que chamou muito a atenção o fato de uma menina tão jovem passar por tudo isso, que a RMN tem um trabalho na ocupação e se surpreenderam com a situação, que lá as mulheres com extrema precariedade, ela se coloca há disposição para fortalecer os trabalhos, a Presidente agradece por todas as contribuições e diz que a da Dra. Helena achou o ponto chave coma sugestão da criação do GT, a Dra. Helena sugere que o grupo de trabalho seja criado com a participação de outros conselhos, Maria Isabel concorda com a criação do GT e com as falas da conselheira Carmen, a Dra. Ana Cláudia da SESP pergunta se o grupo será para trabalharem apenas as questões das polícias, ou, se também tratarão de violências de outros serviços, Maria Isabel diz que neste momento gostaria que fosse tratado apenas a questão do uso da força nas ações policiais, que gostaria de uma resposta sobre essas atitudes e, que, em outros momentos, podem tratar de outras questões, Carmen diz que já fez outros grupos de trabalho para tratar de outras violências, que todas as vezes que identificaram uma violência institucional, se organizaram para dar uma resposta, que neste caso não se pode abrir para outras questões, pois são questões diferentes e as ações serão diferentes, que não estão deixando de fora outras questões, que, apenas, neste momento, precisam tratar dessa questão, **a Presidente coloca em votação, para aprovação, a criação do Grupo de Trabalho para Tratar da Questão do Uso da Força Policial, não havendo nenhuma objeção, sendo aprovado por unanimidade**, Carmen diz que precisam formalizar uma minuta como padrão para convite, a Presidente diz que formulará a minuta, não havendo mais a tratar, a Presidente passa para o próximo ponto da pauta; item oito; **8) Informes Gerais:** A conselheira Silvana Rausis cumprimenta a todas e fala sobre o ofício que o Secretário Ney se comprometeu no dia da posse, com a solicitação de uma agenda com o Secretário da SEFA para pedir orientações sobre a reativação do fundo estadual, Maria Isabel diz que ete foi um encaminhamento do próprio secretário no dia da posse, para o início do ano, onde deveriam solicitar por ofício uma agenda com o secretário da SEFA, que essa solicitação deveria ser feita pelo CEDM, dona Rosalina informa que, na Universidade Estadual de Londrina, por meio da SEJUF, foi criado, por unanimidade, o primeiro laboratório de investigação de paternidade, ela diz que foi um grande avanço a criação dessa pauta e que esse investimento se deu através de convênio entre a SEJUF

com a UEL, ela também informa que através da Secretaria Municipal e do Conselho Municipal, conseguiram à Casa da Mulher Londrinense, ela diz que apesar de tudo, tiveram esses avanços em Londrina, Carol informa do início das aulas de especialização de enfermagem obstétrica, que são trinta e sete alunos, das seguintes regiões: Litoral, Curitiba e região metropolitana, Toledo e Cascavel, ela diz que tem todo um desafio, que tem representante de unidade rural e indígenas, que ficaram felizes de verem todos os contemplados no curso, fala da realização do teste rápido para a covid, para gestantes e puérperas com indicações de internamento, que esse teste também foi instituído para os acompanhantes, ela diz que foi colocado no ofício que esse acompanhante não é obrigado a fazer o teste e, ele/ela, não pode ser proibido/a de acompanhar caso não queira realizar o teste, que tem todas as orientações, que durante a covid deve ser mantido o direito a acompanhante, Célia diz que na segunda semana de fevereiro realizarão a primeira feira de sementes e diz que será enviado convite para o conselho, Maria Isabel fala que em Colombo tem a Casa da Mulher Colombense, que em algumas questões, ela é mais efetiva que a Casa da Mulher Brasileira, pois, ela pode abrigar mulheres em até três meses com seus filhos, ela fala que existem questões muito positivas acontecendo, não havendo mais a tratar, a Presidente passa para o próximo ponto da pauta; item nove; **9) Palavra das Conselheiras:** Não havendo nenhuma manifestação de fala, a Presidente agradece a presença de todas, agradece todas as contribuições e deseja um feliz natal, com muita saúde para todas e um próspero ano novo, em seguida ela dá encerramento a última Reunião Ordinária do ano de dois mil e vinte e um. Esta ATA foi degravada pela Secretária Executiva, Fernanda Marchione e será encaminhada as conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião ordinária, será publicada e publicizada no site do CEDM/PR. (Nº da Edição do Diário: 11115)